Uptick Participações S.A.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016
(Reapresentação em 11, 15 e 20 de abril)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da **UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.** ("UPTICK" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2016 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

I. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Uptick Participações S.A. foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes S.S. - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2015 e, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2015, na forma prevista nos incisos II e I do Artigo 9º, da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), a partir desta data, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia e em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br).

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

A Administração da Companhia propõe aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R$ 12.393.861,82, na seguinte forma:

(a) Constituição de Reserva Legal, no montante de R$ 619.693,09, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício;

(b) Distribuição de Dividendos Obrigatórios, no valor total de R$ 2.943.542,18, correspondente a R$ 0,0561348286 por cada ação do capital social, sendo:

(b.1) juros sobre o capital próprio no valor de R$ 2.500.000,00, correspondentes ao valor bruto de R$ 0,0476762564 e ao valor líquido de R$ 0,0405248179 por ação do capital social, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório objeto da deliberação realizada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2015 "ad referendum" da Assembleia, aos acionistas detentores de posição acionária no dia 30 de dezembro de 2015 e pagos em 26 de fevereiro de 2016;

(b.2) dividendos complementares no valor de R$ 443.542,18, equivalente a R$ 0,0084585722 por ação ordinária; e,

(b.3) dividendos adicionais no valor de R$ 3.500.000,00, equivalente a R$ 0,0667467589 por ação ordinária.

(c) Constituição de Reserva de Lucros a Realizar, no valor de R$ 5.330.626,55, representando a parcela do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 remanescente após as destinações acima referidas, nos termos do inciso II do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A forma e o prazo de pagamento dos proventos indicados nos itens "b.2" e "b.3" *supra* serão aprovados pelos Acionistas, conforme vier a ser deliberado na Assembleia da Companhia, a ser realizada em 2016, nos termos da Lei 6.404/76.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM nº 481/2009, que constituem o **Anexo I** da presente Proposta, além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), a partir desta data, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia e em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br).

III. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

A Administração da Companhia propõe fixar a remuneração anual global dos administradores em até R$ 9.200,00, sendo de até R$ 1.200,00 para o Conselho de Administração e R$ 8.000,00 para a Diretoria. A remuneração dos administradores será distribuída conforme o previsto nos Artigos 13 e 19 do Estatuto Social da Companhia.

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no Artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, estão disponíveis na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e constituem o **Anexo II** desta Proposta.

V. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Considerando que a Assembleia irá deliberar, dentre outras matérias, sobre as contas dos administradores e irá examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentamos os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme determina o Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009. As informações requeridas estão disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e constituem o **Anexo III** da presente Proposta.

Uptick Participações S.A.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO I)

1. Informar o lucro líquido

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi R$ 12.393.861,82.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos corresponde a R$ 6.443.542,18, correspondente a R$ 0,1228815876. Esse montante corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios propostos pela administração em 31 de dezembro de 2015 e aos dividendos adicionais, os quais deverão ser aprovados pelos Acionistas, conforme vier a ser deliberado na respectiva Assembleia da Companhia, a ser realizada em 2016, nos termos da Lei 6.404/76.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído corresponde a 51,99% calculado com base no lucro líquido passível de distribuição.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há distribuição de dividendos com base no lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendo por ação ON – R$ 0,0752053312

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

A administração propõe que o pagamento dos dividendos destacados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 seja realizado à vista em 30 de dezembro de 2016. No entanto, a forma e o prazo de pagamento serão aprovados pelos Acionistas, conforme vier a ser deliberado na Assembleia da Companhia, a ser realizada em 2016, nos termos da Lei 6.404/76.

Ressalta-se que o Juros sobre o Capital Próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2015 no valor de R$ 2.500.000,00, aos acionistas detentores de posição acionária no dia 30 de dezembro de 2015, foram pagos em 26 de fevereiro de 2016;

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não incidem atualização monetária e/ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data da declaração do pagamento dos juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento é 30 de dezembro de 2015.

A administração propõe que a data da declaração de pagamento dos dividendos complementares e adicionais considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento seja a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 25 de abril de 2016.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, dado que a Companhia não declarou dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, dado que a Companhia não declarou dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

	2015	*2014*	*2013*
Lucro líquido por ação ON	0,23635717357836	0,228593411	0,2275258417

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	2015	*2014*	*2013*
Dividendos por ação ON	0,07520533120	0,0542909351	0,0540373873
Juros sobre o capital próprio por ação ON	0,0476762564	0,0500428652	0,0432124238

Os juros sobre o capital próprio de 2014 apontados na tabela acima foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2014 relativos à reversão de parte da Reserva de Lucros a Realizar constituída em exercícios anteriores.

Os juros sobre o capital próprio de 2015 apontados na tabela acima foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2015 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a ser deliberado na Assembleia de 2016.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado a reserva legal referente ao lucro líquido do exercício de 2015 foi de R$ 619.693,09.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social:

"Artigo 30

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

> *Parágrafo Único*
>
> *As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral."*

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos mínimos vêm sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, dado que a Companhia não reteve dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que a Companhia não reteve dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, dado que a Companhia não reteve dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção de dividendos.

Não aplicável, dado que a Companhia não reteve dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

O montante destinado a Reserva de Lucros a Realizar referente ao lucro líquido do exercício de 2015 foi R$ 5.330.626,55.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Os lucros não-realizados se referem a resultado positivo de equivalência patrimonial.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que a Companhia não efetuou retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, dado que a Companhia não efetuou retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, dado que a Companhia não destinou resultado para reserva de incentivos fiscais.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(ANEXO II)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

A Companhia não possui uma política de remuneração definida, ficando a cargo da Assembleia Geral a aprovação do valor máximo e da forma de distribuição da remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, anualmente.

Não obstante a aprovação em Assembleia do valor máximo de remuneração da administração, a Companhia não tem remunerado seus administradores. Nos últimos 3 (três) exercícios, os administradores da Companhia abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia tem direito ao recebimento apenas de honorários fixos mensais, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante, nos 3 (três) últimos exercícios a Companhia não pagou qualquer remuneração aos seus administradores, tendo em vista que os Diretores e Conselheiros abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia tem direito ao recebimento apenas de honorários fixos mensais, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante, nos 3 (três) últimos exercícios a Companhia não pagou qualquer remuneração aos seus administradores, tendo em vista que os Diretores e Conselheiros abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Companhia não possui uma política de remuneração e nem uma metodologia de cálculo e reajuste de elementos da remuneração. Anualmente a Assembleia Geral aprova o valor máximo e a forma de distribuição da remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Não obstante a aprovação em Assembleia, nos 3 (três) últimos exercícios a Companhia não pagou qualquer remuneração aos seus administradores, tendo em vista que os Diretores e Conselheiros abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A Companhia entende que a remuneração praticada atende aos seus interesses e está de acordo com as responsabilidades assumidas pelos membros de sua Administração.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não leva em consideração qualquer indicador de desempenho na determinação da remuneração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável, porque a Companhia não leva em consideração qualquer indicador de desempenho na determinação da remuneração.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Entendemos que a remuneração praticada está alinhada aos interesses da Companhia. A verificação do referido alinhamento compete ao Conselho de Administração da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2015 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO EXERÍCIO DE 2015 (R$ mil)			
a. Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria**	**Total**
b. Número de membros	4	3	7
c.i. Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	-	-	-
benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão	-	-	
e. Total da remuneração dos órgãos			**-**

REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERÍCIO DE 2016 (R$ mil)			
a. Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria**	**Total**
b. Número de membros	4	3	7
c.i. Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1,2	8	9,2
benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão	1,2	8	
e. Total da remuneração dos órgãos			**9,2**

Anualmente, a Assembleia Geral aprova o valor máximo e a forma de distribuição da remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Não obstante a aprovação em Assembleia, em 2015 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais, os administradores da Companhia abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

Para 2016, foi proposto fixar a remuneração dos administradores em até R$ 9.200,00, sendo de até R$ 1.200,00 para o Conselho de Administração e R$ 8.000,00 para a Diretoria. A proposta ainda não foi deliberada em Assembleia Geral de acionistas.

13.3. Remuneração variável do exercício de 2015 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria.

Não houve remuneração variável nos últimos três exercícios (31/12/13, 31/12/14 e 31/12/15) e não há remuneração variável prevista para o exercício de 2016.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) termos e condições gerais;

b) principais objetivos do plano;

c) forma como o plano contribui para esses objetivos;

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor;

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;

f) número máximo de ações abrangidas;

g) número máximo de opções a serem outorgadas;

h) condições de aquisição de ações;

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;

j) critérios para fixação do prazo de exercício;

k) forma de liquidação;

l) restrições à transferência das ações;

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e,

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

a) órgão;

b) número total de membros;

c) número de membros remunerados;

d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. data de outorga;

ii. quantidade de opções outorgadas;

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;

iv. prazo máximo para exercício das opções;

v. prazo de restrição à transferência das ações; e,

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **em aberto no início do exercício social**
- **perdidas durante o exercício social**
- **exercidas durante o exercício social**
- **expiradas durante o exercício sócia**

e) valor justo das opções na data de cada outorga; e,

f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

a. órgão;

b. número de membros;

c. número de membros remunerados;

d. em relação às opções ainda não exercíveis;

- **i. quantidade**
- **ii. data em que se tornarão exercíveis**
- **iii. prazo máximo para exercício das opções**
- **iv. prazo de restrição à transferência das ações**
- **v. preço médio ponderado de exercício**
- **vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**

e. em relação às opções exercíveis;

- **i. quantidade;**
- **ii. prazo máximo para exercício das opções;**
- **iii. prazo de restrição à transferência das ações; e,**
- **iv. preço médio ponderado de exercício.**

v. valor justo das opções no último dia do exercício social; e,

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria, nos 3 últimos exercícios sociais:

a) órgão;

b) número de membros;

c) número de membros remunerados

d) em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações;

ii. preço médio ponderado de exercício;

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;

e) em relação às ações entregues informar:

i. número de ações;

ii. preço médio ponderado de aquisição; e,

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 . Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação;

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;

d) forma de determinação da volatilidade esperada; e,

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Apenas o Presidente do Conselho de Administração da Uptick, que também é Diretor Presidente da Companhia, detém 1 (uma) ação de emissão da Companhia. Todos os demais membros da Administração não possuem ações da Companhia.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores:

a. Órgão;

b. Número de membros;

c. Nome do plano;

d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e. Condições para se aposentar antecipadamente;

f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;

g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e,

h. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de previdência em vigor.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração e da diretoria:

a. Órgão;

b. Número de membros;

c. Valor da maior remuneração individual;

d. Valor da menor remuneração individual; e,

e. Valor médio de remuneração individual.

2015	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)	0	0
Número de membros	4	3

2014	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)	0	0
Número de membros	4	3

2013	Conselho de Administração	Diretoria
Valor da maior remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor da menor remuneração individual (R$/ano)	0	0
Valor médio de remuneração individual (R$/ano)	0	0
Número de membros	4	3

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como as consequências financeiras para o emissor.

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão, no exercício social de 2015, reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração e da diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há qualquer valor reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, do emissor.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração e da diretoria, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria do emissor, agrupados por órgão, no exercício social de 2015.

Não aplicável, dado que não há valores reconhecidos no resultado do exercício de 2015 de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Conforme informado no item 13.1.a, não obstante a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas do valor máximo de remuneração dos administradores, a Companhia não tem remunerado sua administração. Nos últimos 3 (três) exercícios, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Uptick abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(ANEXO III)

10.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Como empresa de participação ("holding"), a Uptick tem suas Receitas Operacionais originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no exercício de 2015 foi de R$ 12.065 mil, sendo que em 2014 foi de R$ 11.547 mil e em 2013 foi de R$ 12.086 mil.

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício de 2015 foi de R$ 12.394 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,2363571735. Em 2014 o Lucro Líquido foi de R$ 11.987 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,228593411 e em 2013 foi de R$ 11.931 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,227526.

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, sendo eles relevantes para determinação da continuidade dos negócios.

Em 31/12/2015, a Uptick apresentou uma liquidez corrente de 1,11 (0,30 em 2014 e 0,43 em 2013. Sua liquidez imediata foi de 1,11, em 31/12/2015 (0,06 em 31/12/2014, e 0,04 em 31/12/2013).

A liquidez geral da Uptick foi de 12,33 em 31/12/2015 (13,03, em 31/12/2014 e 14,51 em 31/12/2013).

Os índices de alavancagem medem o grau de endividamento da empresa. O índice de endividamento geral (EG) mede a proporção dos ativos da empresa financiada por terceiros. Em 31/12/2015, o EG apresentado pela Uptick foi de 8,11%% (7,68% em 31/12/2014 e 6,89% em 31/12/2013).

A Diretoria da Uptick Participações S.A. entende que a Companhia apresentou nos 3 últimos exercícios sociais condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b) Estrutura de capital:

Estrutura da Capital	2015	2014	2013
Capital Próprio	91,89%	92,32%	93,11%
Capital de Terceiro	8,11%	7,68%	6,59%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Uptick Participações S.A. apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira conservadora compatível com sua geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Atualmente a Companhia é financiada unicamente por capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2015	2014	2013
Índice de endividamento	8,11%	7,68%	6,89%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui contratos de empréstimo ou financiamento.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento contratado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não ocorreram alterações significativas nas demonstrações financeiras.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas percebidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, assim como nos últimos três exercícios sociais, advieram, principalmente, de dividendos decorrentes da participação detida no capital social da empresa Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. - COSERN e de aplicações financeiras e da equivalência patrimonial.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais nos últimos três exercícios sociais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços nos últimos três exercícios sociais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável. A Uptick Participações S.A. é uma *holding*.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável, dado que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício de 2015.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2015.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis nos três últimos exercícios.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não aplicável, dado que não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis nos três últimos exercícios.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não houve ressalvas e/ou ênfases no parecer do auditor independente nas Demonstrações Financeiras da Uptick do exercício findo em 31/12/2015, assim como no exercício de 2014.

Nos exercícios de 2012 e 2013, ocorreram a ênfase abaixo:

> *Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da UPTICK Participações S.A., essas práticas diferem das IFRS`s, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins que para fins de IFRS´s seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.*

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela

administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Por se tratar de uma holding, que tem por objeto social a participação de 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica, a administração da Uptick entende que os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela COSERN, em função do resultado de equivalência patrimonial. Não existindo, portanto, políticas contábeis críticas a serem comentadas.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada; e,

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b. natureza e o propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A companhia não possui plano de negócios.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.